

**CADERNO
DEBATES #1**

Jovens do Bloco



CONFERÊNCIA DE JOVENS DO BLOCO



Jovens do Bloco



REGULAMENTO	4
MOÇÃO A	7
LISTA A CANDIDATA À CNJ	15
LISTA DE SUBSCRITORES MOÇÃO A	16
MOÇÃO M	18
LISTA M CANDIDATA À CNJ	25
LISTA DE SUBSCRITORES MOÇÃO M	26



REGULAMENTO DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

1. CONVOCAÇÃO

1.1. O processo preparatório da X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda inicia-se com a sua convocação, pela Mesa Nacional, a 31 de janeiro de 2026.

1.2. A X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda é convocada para os dias 11 e 12 de abril de 2026.

1.3. A abertura do processo da Conferência Nacional é assinalada pela comunicação, por e-mail, a todos/as os/as aderentes, dos prazos e procedimentos de debate e votação, bem como da sessão final da Conferência Nacional e pela publicação no site do Bloco (bloco.org).

2. PARTICIPANTES

2.1 A X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda é aberta a todos e todas as aderentes do Bloco até aos 26 anos, inclusive. Podem eleger e ser eleitos os e as jovens com a quota de 2026 regularizada até à data da Conferência e que estejam inscritos no Bloco de Esquerda há pelo menos seis meses aquando da convocação da mesma (31 de julho de 2025).

2.2. Só poderá participar da X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda quem tenha previamente efetuado a inscrição. As inscrições fecharão 5 dias antes da Conferência. O formulário de inscrição será enviado a todo o universo da Conferência. Convidados/as devem ter-se inscrito previamente e sido aceites pela COC.

3. COMISSÃO ORGANIZADORA

3.1. A Comissão Organizadora da Conferência (COC) Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda será composta por Sofia Lopes, Rodrigo Machado, Beatriz Realinho e Diogo Mira.

3.2. A partir da entrega de listas concorrentes à X Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda, cada uma designará um/a representante para a COC. Será criado um endereço eletrónico da COC para o qual devem ser enviadas as mesmas.

3.3. Compete à COC a responsabilidade do processo preparatório da X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras: a logística, informação e finanças da Conferência; o cumprimento, a nível nacional, das datas e prazos estabelecidos no presente regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios, através dos boletins deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias e a sistematização da informação sobre os debates preparatórios.

4. MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA E LISTAS CANDIDATAS À COORDENADORA NACIONAL DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

4.1. Só são admitidas moções de orientação política que sustentem lista candidata à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda, que tenham um limite máximo de 25.000 caracteres (incluindo espaços) e sejam subscritas por um mínimo de 20 aderentes do universo de aderentes até aos 26 anos (inclusive) do Bloco de Esquerda.

4.2. Só são admitidas listas candidatas à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda compostas por um máximo de 14 efetivos/as e um mínimo de 2 efetivos/as, que cumpram o critério da paridade de 50% e que sejam sustentadas por moções de

orientação política.

4.3. As listas à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda admitem suplentes.

4.4. O prazo de entrega de moções e listas termina às 24h do dia 11 de março, em suporte eletrónico, através do endereço da COC.

4.5. As moções serão publicadas no site do Bloco (bloco.org) e enviadas em boletim debates #1 por e-mail a todos/as os/as aderentes até aos 26 anos inclusive no dia 15 de março.

5. TEXTOS DE CONTRIBUTO

5.1. Os textos de contributo podem ser subscritos por um ou mais aderentes até aos 26 anos inclusive.

5.2. O prazo de entrega dos textos de contributo é dia 29 de março, estes serão distribuídos em boletim debates #2 via e-mail a todos os aderentes até ao dia 3 de abril.

6. DEBATES PREPARATÓRIOS

6.1. A COC organizará um roteiro de debates entre as moções concorrentes.

7. VIII CONFERÊNCIA NACIONAL

7.1. A X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda realiza-se a 11 e 12 de abril de 2026 em Lisboa.

7.2. A X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda é aberta a todos/as os/as participantes nos termos do artigo 2º.

7.3. A X Conferência Nacional tem a seguinte ordem de trabalhos:

DIA 11 DE ABRIL:

14h30: Debate a definir pela COC.

16h30: Discussões temáticas em grupo.

18h: Debate a definir pela COC

21h: momento de lazer e angariação de fundos a definir pela COC (concerto, festa e.t.c.)

DIA 12 DE ABRIL:

9h30: Abertura da mesa de credenciação.

10h: Sessão de Abertura da X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

10:10h: Eleição da Mesa da Conferência 3

10:30h: Início do debate de moções e abertura das urnas

13h-14:30h: Almoço

14:30h-18:30h: Debate entre moções

18:30h: Fecho das urnas

8. CASOS OMISSOS

8.1. Todos os casos omissos serão decididos pela Comissão Organizadora da Conferência (COC).



CALENDÁRIO SIMPLIFICADO:

11 DE MARÇO: Data limite de entrega de moções e listas

29 DE MARÇO: Data limite de entrega de textos de contributo

25 DE MARÇO A 8 DE ABRIL: Debates preparatórios entre as listas

11 E 12 DE ABRIL: X Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda



MOÇÃO A REORGANIZAR PARA VIRAR O JOGO

1 • REORGANIZAR PARA VIRAR O JOGO

Somos jovens e somos do Bloco de Esquerda. Militamos nas nossas escolas, nas nossas faculdades, nos nossos trabalhos, nas nossas concelhias e distritais. Apresentamos esta moção à CNJ, sem desistir de um horizonte de unidade onde cabem todos e todas.

O tempo em que vivemos exige de nós mais do que resistência. Exige uma verdadeira contraofensiva. A nossa geração cresceu sob o signo da crise perpétua, refém de um sistema capitalista que nos promete o mundo, mas que apenas nos entrega precariedade, ansiedade e incerteza. O jogo, tal como está montado hoje, está viciado contra nós. Trabalhamos cada vez mais, saltando entre vínculos precários e falsos recibos verdes, apenas para sobreviver. A habitação, que deveria ser um direito básico, foi transformada no maior casino do país: enquanto fundos imobiliários e especuladores acumulam lucros obscenos, nós somos obrigadas e obrigados a entregar a esmagadora maioria do nosso salário por um quarto ou a adiar indefinidamente a nossa independência. Ao mesmo tempo, o nosso planeta sofre sob o peso da ganância fóssil. A emergência climática já não é uma ameaça do futuro, mas um presente asfixiante, e nós reivindicamos o direito de travar o colapso e exigir uma transição justa que ponha a vida à frente do lucro.

Não aceitamos jogar com as cartas marcadas da opressão. Somos as e os jovens que recusam recuar um milímetro nos direitos conquistados e que marcham na linha da frente por todos os que ainda faltam. O nosso combate é convictamente feminista: pelo direito aos nossos corpos, pela partilha dos cuidados, por salários iguais e pelo fim de toda a violência machista e patriarcal. É uma luta intransigentemente LGBTQI+, contra a vaga de ódio conservador que tenta empurrar-nos de volta para a invisibilidade, reivindicando o direito de existir e amar em pleno nas ruas, escolas e locais de trabalho. É um combate antirracista, antifascista e anticolonial, exigindo o desmantelamento das fronteiras físicas e sociais que agredem as pessoas migrantes e racializadas, e lutando por um ensino que não apague a memória histórica. Um combate firme, intransigente e revolucionário contra o capital.

Sabemos que o cansaço, o medo e a desilusão são as principais armas do sistema para nos desmobilizar. O avanço das forças de direita e do capital exige que olhemos para a nossa força coletiva com redobrada exigência. Não basta resistir ao embate. Precisamos de Reorganizar para Virar o Jogo. Reorganizar significa voltar à base: fortalecer os nossos núcleos, enraizar a nossa presença nas escolas, nas faculdades e nos locais de trabalho. Significa politizar o descontentamento diário da nossa geração e transformá-lo em organização e poder popular. Como Jovens do Bloco, feministas, ecossocialistas, queer e antirracistas, apresentamo-nos a esta Conferência com a certeza de que a resignação não é opção. Estamos aqui para fazer a luta toda, construindo um Bloco de Esquerda mais forte e dinâmico, porque só virando este jogo seremos os donos do nosso próprio futuro.

2 • UMA CNJ EM RECONFIGURAÇÃO

Estamos no tempo de todos os desafios. O Bloco de Esquerda enfrenta o momento mais difícil da sua história e a direita organiza-se nas escolas e faculdades. Nas redes sociais, o algoritmo, como arma da manipulação, permite uma intoxicação massiva, diária e constante.

Face a este panorama, a Coordenadora Nacional de Jovens deve realizar uma análise crítica e construtiva da sua posição dentro da estrutura do partido, identificando os erros do passado, clarificando claramente os caminhos e lutas às quais deve dar corpo.

Reconfigurar a CNJ é ouvir os militantes, é integrar a militância, é formar politicamente e é estar presente em todo o território nacional. Reconfigurar a CNJ é ousar ir contra a corrente.

2.1. • DEBATE E DECISÃO

A XIV Convenção do Bloco de Esquerda apontou caminhos importantes para o reforço da participação militante e da democracia dentro do Bloco. Só com a criação e fortalecimento dos órgãos de base é que todos os militantes podem ver respeitado o seu direito à participação democrática. Alguns exemplos, como a criação de núcleos de faculdade, mostram-nos que o fortalecimento desses órgãos permite uma multiplicação de espaços de participação e decisão. Esse trabalho militante muito real, e por vezes invisível, é fundamental para que a descentralização não seja apenas um princípio proclamado, mas uma prática concreta.

Descentralizar é, acima de tudo, criar espaços de participação que formem novas vozes capazes de decidir. É nesse trabalho paciente de base, de organização de núcleos, dinamização de reuniões e envolvimento de militantes que se faz, de facto, a democratização do Bloco.

2.2. • UM BLOCO DE JOVENS

O Bloco de Esquerda é um partido de todas as idades e gerações. Sabemos que a atividade militante jovem é crucial para a sua existência e que cabe à CNJ saber remar essa onda de esperança.

Nas sucessivas campanhas eleitorais do mandato passado, tivemos a certeza de que a nossa militância deu força ao Bloco nas diferentes eleições. Nas distritais e nas concelhias são os jovens que tomam pelas suas mãos a concretização do nosso projeto socialista em toda a escala. Nas escolas, nas faculdades e no trabalho são os jovens que constroem movimentos de resistência ao avanço do projeto da direita de destruição do estado social e das condições laborais. Assim, o papel de um jovem no Bloco assume cada vez mais uma centralidade que não lhe deve ser retirada ou ignorada, mas sim valorizada.

A CNJ deve ser a ponte de comunicação, interligação e organização entre grupos locais (concelhios, distritais ou regionais), grupos temáticos, grupos por locais de estudo ou de trabalho. Não somos uma juventude partidária, não o queremos ser, está na nossa essência a crença de que os jovens devem estar integrados e participar de forma plena em todas as atividades do partido pois estes são a pedra angular de toda a nossa atividade.

2.3. • TRANSPARÊNCIA, COESÃO E PROXIMIDADE

Portugal é um país fraturado, realidade que se repercute no nosso partido. Se a perda de capacidade económica e a falta de acesso a serviços públicos marcam o nosso país, nomeadamente o seu interior, o êxodo de jovens que tal fenómeno provoca, não se torna menos real no Bloco de Esquerda.

Este é o momento para uma estratégia diferente do atual funcionamento da CNJ, que já demonstrou não ser eficaz no combate às disparidades territoriais no seio dos jovens.

Por todo o nosso país, encontramos jovens que não encontraram na CNJ respostas para a sua mobilização, desconhecendo muitas vezes o seu trabalho e a sua função. Num sentido



inverso, a CNJ desconhece o trabalho jovem dos diferentes núcleos que, com mais ou menos atividade, dinamizam a militância do nosso partido. Esta realidade tem de acabar.

A alteração profunda da CNJ, com a introdução de um regulamento de funcionamento interno, a criação de setores regionais da CNJ, próximos da militância, a newsletter mensal, o calendário nacional com capacidade de articulação em tempo real e online com os núcleos territoriais, a auscultação real das bases e a presença no terreno serão o caminho para corrigir os erros passados. Para resistir, crescer e reconstruir precisamos de debate, proximidade e muita comunicação.

2.4. • OCUPAR AS REDES SOCIAIS

Neste próximo mandato, a CNJ deve encarar o meio digital como uma trincheira e não como um refúgio. É essencial recusar o acantonamento digital, garantindo que a nossa presença online é um reflexo orgânico da nossa política quotidiana e da nossa luta nas ruas sem cair no erro de fazer da mesma uma encenação política.

Encarar a comunicação, não apenas como uma ferramenta digital, mas sim como um instrumento de mobilização jovem contra a precariedade e o reacionarismo que o algoritmo tantas vezes protege. Ocupar as redes sociais é ter a oportunidade de transformar a agitação virtual em força de trabalho militante e em ocupação territorial.

A intervenção digital dos Jovens do Bloco deve ser o espelho rigoroso da nossa presença nos locais de trabalho, estudo e de resistência cultural.

A CNJ usará os seus canais de comunicação como forma de dar a conhecer as suas lutas, proporcionando uma plataforma às vozes que, no dia a dia das escolas, faculdades e locais de trabalho, personificam a renovação do projeto socialista.

A adoção de uma metodologia de partilha de informações, intervenções diretas e análises de fundo nas redes sociais permite transformar o ecrã num espaço de formação política e recrutamento, onde a visibilidade digital de jovens militantes e ativistas permite também consolidar a sua presença nos movimentos sociais.

A prioridade é usar o meio digital para converter a simpatia passiva em compromisso militante, garantindo que as redes amplifiquem a agitação real e a solidariedade, preparando uma nova geração de jovens para o embate ideológico contra o reacionarismo.

2.5. • FORMAR PARA INTEGRAR

Nenhuma forma de comunicação digital substitui a organização, antes pode promovê-la e complementá-la. O recurso a meios digitais e de comunicação interna não substitui a presença física onde as decisões são partilhadas, a aprendizagem é feita em comum, em camaradagem.

A integração de jovens militantes no Bloco de Esquerda tem falhado. Não existe acompanhamento real de quem entra, nem uma partilha de conhecimento do funcionamento interno da estrutura. Nos últimos anos, centenas de jovens entraram no Bloco de Esquerda e encontraram uma organização incapaz de os formar, mobilizar e agarrar.

A CNJ deve, reconhecendo esta realidade, ousar alterá-la. Devemos promover a integração ativa, evitando que o primeiro contacto de jovens recém aderentes seja desamparado e desmobilizador, organizando uma rede de responsáveis por realizar o acompanhamento regional de novos aderentes, alargando a estrutura de forma gradual e consciente, entregando ferramentas concretas de militância. Formando para integrar, descentralizamos a nossa atividade, atribuindo a cada novo jovem uma ferramenta e uma responsabilidade para, peça a peça, reconstruir o Bloco de Esquerda.

3 • GANHAR AS ESCOLAS

3.1. • ENSINO SECUNDÁRIO

O ensino secundário encontra-se completamente desatualizado, quer ao nível curricular, com cargas horárias excessivas, objetivos desligados da realidade e ensino orientado para os exames, quer no modelo de gestão das escolas.

A voz dos alunos é relegada para segundo plano, sufocando qualquer vislumbre de democracia na escola. As Associações de Estudantes, que existem ao nível do ensino secundário, são infantilizadas pelas próprias direções das escolas esmagando qualquer ativismo estudantil, muitas vezes transformadas em meras comissões de festas. Numa realidade onde as agências de viagens acumulam mais-valias enquanto a defesa de uma escola pública de qualidade fica a marcar passo.

Em todo o país, o parque escolar mantém-se degradado e coloca em perigo quem nele trabalha e quem nele estuda. Diariamente, o Estado Português falha na sua função como garante do direito à educação, quando permite a degradação ativa de centenas de escolas secundárias e básicas.

Os movimentos estudantis são parte essencial da construção de um ensino mais livre, igual e democrático. Através de grupos organizados, devemos unir os estudantes em torno de um objetivo concretizável adaptado a cada contexto. A adesão e alargamento do Bloco ao Ensino Secundário deve ser o culminar de um movimento participado que nasce da necessidade de resposta aos problemas dos estudantes. A CNJ deve ter um papel ativo no apoio aos militantes do Ensino Secundário para estes criarem movimento na sua escola.

3.2. • ENSINO PROFISSIONAL

Marcadas pela aposta num ensino secundário com vista ao Superior, as escolas entenderam o ensino profissional como um ensino “de segunda”, canalizando para esta via quem entendem não se destinar ao Superior. O ensino profissional tem trazido consigo o abuso de estágios não-remunerados com influência avaliativa, e uma elevada carga horária.

As vias profissionalizantes devem ser valorizadas pelo seu carácter de ensino técnico e de formação profissional, dotadas de boas condições, e não utilizadas pelas escolas como forma de organizar estudantes consoante as suas características sociais.

3.2. • ENSINO ARTÍSTICO

A lógica do ensino útil, na ótica do mercado, tem predominado no ensino português e tem-se sentido de forma aguda no Ensino Artístico. As escolas de Ensino Artístico são geralmente caracterizadas pela falta de materiais e espaços adequados à aprendizagem, falta de docentes, turmas sobrelotadas e falhas nos métodos de avaliação. Verifica-se, também, uma falta de oferta pública robusta, empurrando quem quer seguir esta via para o ensino privado.

O ensino deve valer pela capacidade de criar espírito crítico e conhecimento e não pela sua suposta utilidade ao mercado.

3.4. • ENSINO SUPERIOR

A lógica do utilizador-pagador reina no Ensino Superior em Portugal. A propina nada é senão a transferência da obrigação de financiamento do Estado para quem estuda e para as respetivas famílias. O sistema de propinas discrimina nos rendimentos de quem acede, acompanhado, ou não, de uma ação social subfinanciada e com objetivos errados – pagar



a propina e não os custos associados à frequência de um curso.

O atual Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior assenta numa ideia de Ensino Superior enquanto fábrica de trabalhadores, orientando-se por critérios de empregabilidade e de utilidade para o mercado, ao invés de uma educação virada para a criação de conhecimento e para a emancipação individual e coletiva, não só das pessoas que o frequentam, mas da sociedade em geral. A autonomia concedida às IES não se traduz numa real autonomia numa lógica de liberdade de ensino, condenando ao subfinanciamento e à desvalorização de áreas do saber como as humanidades, as ciências sociais e as artes.

A habitação é hoje o principal obstáculo ao ingresso e à permanência no ensino superior. Devemos evidenciar o conjunto de promessas vazias do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, passando à criação de movimento com objetivos claros e concretizáveis. Através de petições, que devem ser conseguidas em estreita ligação e contacto direto com os estudantes que vivem em residências, ou que não arranjam quarto, conseguimos a criação de movimento com objetivo de construção ou requalificação do parque habitacional estudantil da nossa Universidade.

A CNJ deve ser a ponte entre estudantes, incentivando os jovens do Bloco a participar e a estar em contacto direto com os estudantes nas suas comissões de residência e reunindo os grupos de militantes existentes nas faculdades para fomentar a criação destes movimentos.

4 • QUEREMOS UMA VIDA BOA

4.1. • HABITAÇÃO

A intensificação da crise da habitação está à vista de todos. As políticas de direita na habitação não só não a resolveram, como continuam a agravá-la. À desigualdade entre gerações no acesso à habitação acresce o aprofundamento da desigualdade de classe, com recursos públicos a serem canalizados para medidas que beneficiam quem mais tem e quem já consegue comprar casa. Incapazes de lidar com os preços insuportáveis, os jovens são desproporcionalmente afetados por esta crise.

No ensino superior, esta crise atinge um novo patamar: o maior obstáculo de acesso ao Ensino superior já não são as médias, é o preço de um quarto. O Estado falhou aos estudantes. O Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES) arrasta-se em promessas e atrasos, enquanto o mercado e a especulação imobiliária devoram a nossa geração. As poucas residências públicas que existem estão lotadas e em situação deplorável. Isto não é um mercado a funcionar, é uma expulsão planeada.

A CNJ tem de ser a voz destas reivindicações. Temos de levar esta luta para as ruas, para as cantinas e para as salas de aula.

4.2. • TRABALHO

O nosso futuro está em causa e o ataque aos direitos laborais já começou. O Pacote Laboral apresentado pelo governo dos patrões está a ameaçar todas as gerações, mas especialmente quem começa agora a sua vida profissional.

Somos a geração que cresceu a ouvir promessas de futuro, mas que entra no mercado de trabalho encontrando, demasiadas vezes, apenas portas entreabertas, contratos a prazo e salários que não chegam ao fim do mês. A precariedade deixou de ser exceção para se tornar regra – e isto não acontece por acaso. Acontece porque há escolhas políticas que



colocam o lucro acima das nossas vidas.

Reconhecemos a fraca adesão dos jovens ao atual modelo dos sindicatos. A cultura hegemónica que se pauta pelo ultraindividualismo cultivou na juventude a falta de consciência da luta coletiva e os jovens não encaram os sindicatos como espaço de luta e reivindicação.. Enquanto jovens, é a nossa missão compreender quais os novos tipos de trabalho, como organizar para os proteger, encontrando soluções que defendam todos.

Temos de focar a nossa ação política e o nosso apoio militante nos setores mais precários e desprotegidos: os call centers, o trabalho em plataformas digitais, a restauração, o retalho e o trabalho sazonal. É nestas trincheiras que os jovens estão e é aí que os Jovens do Bloco têm de estar. Exigimos o fim imediato da ditadura dos recibos verdes e do trabalho temporário que nos rouba o direito a planear o futuro. Queremos salários que acompanhem o custo de vida e que nos garantam o direito à habitação.

O nosso futuro não se pede, conquista-se.

4.3. • SAÚDE MENTAL

O espírito de produtividade máxima está em todo o lado, da escola ao trabalho. A escassez de cuidados de saúde mental no SNS, nas escolas e faculdades condena a maioria dos jovens a não conseguirem aceder a cuidados psicológicos, empurrando-os a procurá-los fora do SNS, uma despesa impossível de comportar.

É urgente o investimento em saúde mental, com mais psicólogos nas escolas, instituições de ensino superior e no SNS.

4.4. • LEGALIZAÇÃO DA CANÁBIS

Portugal foi pioneiro na descriminalização do consumo de drogas, mas há ainda muito conservadorismo a combater. Em 2018, o Bloco aprovou o uso de canábis para fins medicinais. A legalização da canábis recreativa é o próximo passo.

A lógica proibicionista apenas favorece quem lucra com o negócio, perpetuando a violência e elevando os riscos de adulteração.

4.5. • INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ

A descriminalização da interrupção voluntária da gravidez permitiu avanços extraordinários nos direitos das mulheres e nos direitos de saúde pública. Agora, é tempo de fazer um balanço. O acesso à lei não está a ser garantido, havendo obstáculos incompressíveis. A maior parte dos centros de saúde e muitos hospitais não asseguram o acesso ao aborto.

É necessário o fim do período de reflexão, da exigência de dois médicos no processo e o alargamento do direito à IVG às 14 semanas.

4.6. • MOBILIDADE

A política de transportes comporta uma rede complexa de fatores com influência direta na vida quotidiana dos jovens: determina quanto tempo demoramos a chegar ao trabalho, à escola, à faculdade e, por isso, o tempo para viver.

Defendemos o transporte coletivo gratuito e de qualidade que seja capaz de evitar a utilização de combustíveis fósseis e, para isso, temos de colocar os transportes ao serviço das necessidades das pessoas e do desenvolvimento do país, com mais frequência e mais



horários compatíveis com o trabalho por turnos e com o ensino pós-laboral.

5 • MOVIMENTOS SOCIAIS E AS LUTAS QUE NOS REGEM

5.1. • LUTA FEMINISTA

As mulheres continuam a ser violentadas e discriminadas nas várias esferas da sua vida. A tendência para trabalhos mais precários, a desigualdade salarial e o papel social que lhes é atribuído faz das mulheres as primeiras vítimas dos recuos do estado social.

A experiência universitária, frequentemente idealizada como um espaço de emancipação, esconde realidades duras e violências normalizadas contra as mulheres. Nos corredores, salas de aula e gabinetes, o assédio moral e sexual continua a ser uma realidade silenciada.

Por um feminismo interseccional que combate todas as formas de opressão, sem deixar ninguém para trás, somos feministas e anticapitalistas.

5.2. • LUTA QUEER

A perseguição a espaços com forte ligação à libertação queer, tais como o Planeta Manas e a Sirigaita, expõe a aliança entre a gentrificação e o reacionarismo que tenta silenciar vozes alternativas e inconformadas.

As e os Jovens do Bloco de Esquerda rejeitam o “pinkwashing” das grandes corporações, e eventos como o EuroPride que mercantilizam as nossas lutas e os nossos corpos. Mais do que nunca, é necessário recuperar as ruas. É essencial reforçar a nossa presença nas diversas marchas do orgulho, no cenário queer alternativo e nos mais diversos espaços de luta e resistência ameaçados pela lógica do capital.

5.3. • LUTA ANTIRRACISTA

Em Portugal, o racismo é uma realidade, tanto social como institucional. Isso é visível na perpetuação do mito do “bom colonizador” ou no caso dos jovens afrodescendentes que são desproporcionalmente canalizados para as vias profissionalizantes, vendo o seu acesso ao ensino superior severamente dificultado.

É impossível dissociar a ascensão da extrema-direita e o crescimento de políticas racistas e xenófobas. Recusamos a instrumentalização das pessoas migrantes, recusamos uma União Europeia que deixa à margem jovens imigrantes, propagando políticas de discriminação e a opressão. Enquanto jovens socialistas e anticapitalistas, lutamos por um futuro mais justo e igual.

5.4. • LUTA CLIMÁTICA

As tempestades do início de 2026 colocaram à vista a falta de preparação e a incapacidade do país para lidar com fenómenos climáticos extremos e reforçou o que sempre dissemos: a luta climática é a luta pela nossa sobrevivência, é a luta das nossas vidas.

Com a intensificação de outras crises e com o avanço de forças e narrativas conservadoras, a crise climática tem perdido centralidade na agenda política ao longo dos últimos anos. Cabe-nos juntar esforços para mudar o jogo e lutar por uma transição justa e rápida.

É necessário atuar junto de comunidades vulneráveis para o combate aos projetos extrativistas dos mega-projetos que, numa manobra de greenwashing, arrasam o ambiente e as comunidades.

5.5. • LUTA ANTI-IMPERIALISTA E PELA PAZ

O nosso tempo exige urgência e a recusa absoluta da barbárie. O Império “não se dispõe à partilha de decisões”, tal como alertaram José Manuel Pureza e Miguel Portas em 2003. A prova está à vista: o genocídio na Palestina, a invasão da Venezuela pelos EUA no início de 2026 e a atual escalada contra o Irão a partir da Base das Lajes mostram que o imperialismo atropela qualquer soberania quando lhe convém.

Os Jovens do Bloco de Esquerda têm o dever histórico de sair à rua e encravar esta engrenagem. Temos de organizar a resistência ativa nas nossas escolas, faculdades e locais de trabalho, mas não podemos fazê-lo isolados. Hoje, mais do que nunca, é vital que a nossa juventude integre, fortaleça e dinamize os movimentos pela Paz. A nossa força multiplica-se quando marchamos lado a lado com todas as vozes que recusam a guerra e o imperialismo.

Portugal não pode continuar a ajoelhar-se como cúmplice da máquina de Washington, a paz não é um pedido passivo que fazemos aos governantes, é a nossa maior trincheira de combate diário. A resposta à vertigem de um sistema capitalista que só sobrevive através da guerra tem de ser a força imparável da nossa mobilização conjunta.

6 • PROPOSTAS:

- Grande campanha de início de ano letivo - Bloco nas escolas e faculdades abrindo caminho para novas adesões;
- Campanha sobre habitação jovem - panfleto próprio, sessões plenárias e abaixo-assinado para alargamento de residência estudantis;
- Realização de grandes plenários nacionais de jovens online;
- Newsletter mensal da CNJ - Comunicação interna direta, textos, decisões, eventos e contactos;
- Realização de Brigadas Nacionais anualmente - Reuniões com os núcleos, bem como a dinamizar iniciativas pelo território;
- Calendário nacional de iniciativas - com capacidade para cada núcleo colocar as suas iniciativas, permitindo a entre-ajuda e mobilização regional e nacional;
- Avaliar a realização do Acampamento Liberdade e do Inconformação, procurando alternativas e moldes mais adequados se o contexto de militância o justificar;
- Reformulação e envio do Manual de Boas Vindas;
- Articulação CNJ-Grupos de Trabalho do Bloco, nomeadamente a Coordenadora Nacional de Trabalho, de forma a realizar atividades em conjunto;
- Elaboração de um Regulamento Interno da Coordenadora Nacional de Jovens;
- Realização de iniciativas de receção de novos aderentes;
- Criação de um repositório de documentos e materiais sobre organização das escolas e faculdades para facilitar candidaturas aos órgãos;
- Realização de reuniões com grupos de militantes de Universidades para a construção de núcleos;
- Organização da CNJ por regiões - contacto direto na integração e no acompanhamento diário da militância;
- Organização de Encontros Nacionais de Jovens temáticos (ativismo estudantil, luta laboral, ativismo climático)



LISTA A CANDIDATA À CNJ

LISTA A

1. **Vasco Ruela**, 15373, Lisboa
2. **Ana Alves**, 16374, Santarém
3. **Diogo Duarte Silva**, 17066, Coimbra
4. **Sofia Lopes**, 15457, Setúbal
5. **Paulo Aguiar**, 17810, Porto
6. **Joana Tiago**, 17375, Lisboa
7. **Diogo Mira**, 15586, Setúbal
8. **Leonor Costa**, 17809, Porto
9. **José Miguel Lopes**, 16511, Viseu
10. **Inês Antunes**, 17655, Lisboa
11. **Frederico Portugal**, 15059, Leiria
12. **Daniela Martins**, 16230, Açores
13. **Diogo Gomes**, 15917, Santarém
14. **Esmeralda Susana**, 17510, Aveiro

SUPLENTE

1. **Guilherme Bruno**, 17768, Lisboa
2. **Beatriz Pinto**, 17769, Setúbal
3. **Vítor Martins**, 17286, Lisboa
4. **Tatiana Monteiro**, 17562, Porto
5. **Kristian Bonchev**, 18386, Lisboa
6. **Madalena Guerreiro**, 17830, Setúbal
7. **Luís Aguiar**, 17931, Porto
8. **Alice Couto**, 17558, Lisboa
9. **Lourenço Reigado**, 18278, Setúbal
10. **Margarida Mota**, 15692, Porto
11. **Eduardo Couto**, 13387, Aveiro
12. **Mariana Guerreiro**, 17812, Setúbal
13. **Rodrigo Machado**, 14947, Lisboa
14. **Évila Tavares**, 17807, Aveiro

REPRESENTANTE NA COC

Paulo Aguiar, A17810, Porto



LISTA DE SUBSCRITORES

SUBSCRIÇÕES

1. Alice Couto, 17558, Lisboa
2. Aliyah Bhikha, 15475, Lisboa
3. Ana Alves, 16374, Santarém
4. Ana Azevedo, 17754, Porto
5. Ana Durães, 15525, Lisboa
6. André Osório, 18213, Lisboa
7. António Soares, 14931, Porto
8. Beatriz Pinto, 17769, Lisboa
9. Beatriz Realinho, 16344, Guarda
10. Bruno Pinto, 18222, Lisboa
11. Carolina Avelãs, 16910, Lisboa
12. Catarina Sobral dos Santos, 15743, Lisboa
13. Daniela Martins, 16230, Açores
14. Diogo Duarte Silva, 17066, Coimbra
15. Diogo Gomes, 15917, Santarém
16. Diogo Mira, 15586, Setúbal
17. Duarte Igreja, 15455, Lisboa
18. Eduardo Couto, 13387, Aveiro
19. Esmeralda Susana, 17510, Aveiro
20. Évila Tavares, 17807, Aveiro
21. Francisca Lopes, 17706, Porto
22. Frederico Portugal, 15059, Leiria
23. Guilherme Bruno, 17768, Lisboa
24. Iara Lopes Rodrigues, 18137, Lisboa
25. Iara Sobral, 15150, Lisboa
26. Inês Antunes, 17655, Lisboa
27. Iris Sá, 17352, Aveiro
28. Joana Tiago, 17375, Lisboa
29. José Miguel Lopes, 16511, Viseu
30. Kristian Bonchev, 18386, Lisboa
31. Leonor Costa, 17809, Porto
32. Lourenço Reigado, 18278, Setúbal
33. Luís Aguiar, 17931, Porto
34. Madalena Guerreiro, 17830, Setúbal
35. Marco Aboim, 16740, Lisboa
36. Margarida Mota, 15692, Porto
37. Mariana Guerreiro, 17812, Setúbal
38. Marisa Brás, 18399, Leiria
39. Marília Ribeiro, 15530, Leiria
40. Matilde Neves, 18439, Lisboa
41. Matilde Porto, 15642, Setúbal
42. Miguel Conceição, 18263, Lisboa
43. Nuria Gamboa, 18398, Lisboa
44. Paulo Aguiar, 17810, Porto
45. Paulo Pinto, 15662, Lisboa
46. Pedro Henrique Soares de Sousa, 12731, Lisboa
47. Raquel Lindner, 15034, Lisboa
48. Raquel Patriarca, 17779, Lisboa
49. Rodrigo Machado, 14947, Lisboa
50. Sofia Lopes, 15457, Setúbal
51. Sónia Ferreira, 17563, Porto
52. Tatiana Monteiro, 17562, Porto
53. Vasco Ruela, 15373, Lisboa
54. Vitor Almeida Martins, 17286, Lisboa
55. Vitória Azevedo, 17752, Porto



MOÇÃO M MUDAR MESMO

UM PEQUENO ROTEIRO PARA COMEÇAR A MUDAR O MUNDO

Para que os Jovens do Bloco sejam uma força viva em todo o país, é urgente uma estratégia assente no apoio mútuo, na autonomia das estruturas locais e na dinamização de espaços de reflexão política, do digital aos bairros populares. Apresentamos aqui os eixos fundamentais para uma CNJ mais próxima, aberta e eficaz na mobilização da juventude.

PRINCIPAIS PROPOSTAS DA MOÇÃO M:

1. Garantir que eventos nacionais, tais como o “Inconformação”, são distribuídos em rotatividade por diferentes localidades do país;
2. Criar um regimento interno que garanta maior transparência na ação da CNJ;
3. Disponibilizar Guias de Ação informativos de auxílio à atuação política dos núcleos locais, potenciando a participação ativa em movimentos sociais pelo acesso à habitação, à educação, ao Ensino Superior e aos cuidados de saúde mental, e a presença em bairros sociais, associações culturais, clubes desportivos e bares;
4. Criar um canal de comunicação direta e constante entre a CNJ e os responsáveis jovens de cada distrito e região;
5. Criar uma plataforma de apoio aos jovens (estilo “despedimentos.pt”) para denúncia de violações de direitos no ambiente de trabalho ou estudantil;
6. Criação de um Fundo de Apoio à Atividade Local (via venda de merchandising) para apoiar iniciativas e materiais dos núcleos de jovens;
7. Promover o recenseamento de jovens sindicalizados e promover a formação política dos jovens sobre o movimento sindical, priorizando a luta contra a precariedade nos salários e vínculos laborais, incentivando a organização dos jovens;
8. Participação ativa em movimentos sociais, pela luta pelo acesso à habitação, à educação, ao Ensino Superior e aos cuidados de saúde mental entre os jovens;
9. Criar um podcast para aprofundar debates políticos e alcançar novos públicos jovens, como uma das formas de disputar o terreno cultural e as redes sociais para recuperar a “rebeldia” capturada pela extrema-direita;
10. Reativação do “Pão e Cravos”, jornal online dos jovens do Bloco, como espaço de propaganda ideológica e reflexão.

POR UMA NOVA ESQUERDA

O capitalismo está em convulsão. O período pós-crise de 2008 não resolveu o seu impasse produtivo - acentuou apenas as suas contradições. A financeirização estendeu-se a todas as áreas da nossa vida (como a habitação), a propriedade está cada vez mais concentrada, e o custo de vida não pára de subir. À medida que cada vez mais gente vê



o salário estagnado, o emprego precarizado, com mais dificuldade em chegar ao fim do mês, os mais ricos dos mais ricos acumulam fortunas obscenas. Estagnação económica e desigualdades extremas: assim se caracteriza a atual fase do capitalismo tardio.

O autoritarismo e a guerra tornam-se, assim, a opção lógica quando a burguesia já não consegue preservar a hegemonia pelo consenso, qual impulso fanático para manter os seus privilégios. A extrema-direita, em tudo alinhada com o status quo económico, é apoiada, com entusiasmo, pelas frações mais reacionárias do capital, desejosas de inviabilizar qualquer oposição, e reprimir e explorar ainda mais o trabalho para espremer mais lucro. Disto, o Pacote Laboral é uma manifestação grotesca.

A falência da indústria europeia e a vassalagem às gigantes tecnológicas levam à nova ronda de guerra e pilhagem pelo mundo: o saque às terras raras na Ucrânia, a transformação da Venezuela num protetorado, o ataque ao Irão. A irracionalidade e a agressividade deste sistema são crescentemente evidentes: basta ver os lucros das petrolíferas a aumentar com a emissão de gases com efeito de estufa, enquanto caminhamos para o colapso climático.

Neste cenário, os jovens confrontam-se com a violência em toda a linha, na sua forma mais exacerbada. Em Portugal, mais de metade dos jovens são precários; com casas impossíveis de pagar, saem tardíssimo da casa dos pais; enfrentam um Serviço Nacional de Saúde em degradação acelerada, sem resposta para a crise de saúde mental; veem uma Escola pública em falência e um Ensino Superior em processo de elitização. Entre transportes que, dia após dia, aparecem mais cheios e atrasados, uma profunda crise do custo de vida e a perspetiva de um planeta inabitável, cresce o desalento. Somos uma geração com um futuro hipotecado: afinal, como é possível ser são neste mundo?

Com a barbárie, ganham espaço as forças autoritárias e fascizantes, à boleia das redes sociais. Os algoritmos impingem conteúdos racistas, misóginos e conservadores, e consolidam a manosphere, particularmente influente nos jovens rapazes. A hipercomunicação, em que a nossa geração nativa digital cresceu e está imersa, convive com uma crise de solidão, falta de sociabilidade e atomização acentuada - obstáculos notáveis à politização à esquerda e à ação coletiva. Nas redes, não há contradição, nem diálogo construtivo - só câmaras de eco e enxovalhamento.

Com noção do contexto adverso, rejeitamos o derrotismo e a ideia de que nada podemos fazer senão esperar que passe. O velho mantra de que a juventude não quer saber de política está notoriamente desfasado da presente conjuntura. A participação eleitoral jovem tem subido. Os jovens estão na linha da frente nas lutas sociais, seja pela Palestina ou pelo Clima. Dedicamo-nos cada vez mais à vida cívica: em ativismo de natureza variada, ao assinar petições, em associações de base local e voluntariado.

Mas há uma crise de confiança da juventude nas formas e veículos de política tradicionais. Em Portugal, a juventude não vê, ainda, o Bloco, nem a restante esquerda institucional, como representante legítimo das suas aspirações de radicalidade e de subversão, nem lhe reconhece uma estética apelativa de rebeldia e de rutura. Só isto explica o engrossamento de fileiras de organizações esquerdistas doutrinárias em plena crise da esquerda. Para os restantes jovens, resta-lhes a única proposta política a quem reconhecem diferença: o Chega. Não é uma fatalidade que a juventude vire à direita. Como se viu em Maio de 68 e noutras ocasiões, a juventude é um dos grupos sociais mais disponíveis para recusar radicalmente as condições desiguais em que vivemos. Em França e no Reino Unido, por exemplo, a esquerda é maioritária na juventude.

Sejamos francos: o nosso trabalho de juventude tem sido insuficiente. A atividade está reduzida a reuniões formais periódicas, plenários locais esporádicos, publicações em redes sociais e mobilização em período eleitoral. Permanecem barreiras: insuficiente acolhimento, centralismo, assimetrias geográficas na capacidade de participação, falta de transparência e de proatividade. Temos investido pouco em estar, comunicar e cooperar com espaços que os jovens ocupam, à parte de partidos: associações, ONGs, clubes, movimentos sociais, coletivos e sindicatos.

Se os jovens não estão onde estamos, porque não vamos ter com eles? Se há uma crise de sociabilidade e os jovens querem, e precisam, de espaços coletivos, devemos criá-los. Proativa, descentralizada e localmente. Perante o desenraizamento crónico da esquerda, o Bloco pode ser o espaço agregador: escolas, bairros, ensino superior e locais de trabalho. O momento exige esforço para dinamizar espaços comunitários e ação coletiva, pelo país fora. Temos que conseguir romper a bolha.

Torna-se, assim, imperativa outra resposta. A perda da juventude para a velha direita não é uma fatalidade, mas um grito por uma nova esquerda. Os jovens do Bloco têm diante de si a tarefa da organização, do enraizamento e da reinvenção, para conquistar os jovens e concretizar o seu potencial revolucionário.

AFIRMAÇÃO IDEOLÓGICA

Mudar mesmo é mais do que denunciar. Uma alternativa à esquerda será viável se conseguir mobilizar o povo com uma agenda revolucionária capaz de superar o capitalismo em colapso. A afirmação do socialismo não pode ser abstração ideológica: tem de ser um meio concreto. Nesta conjuntura, o papel da luta de jovens não deve limitar-se a questões estudantis: deve afirmar o seu direito de participar em pleno na vida política.

TODAS AS LUTAS SÃO LUTAS DOS JOVENS!

O mundo do trabalho e as suas mudanças marcam profundamente as nossas vidas. O governo procura impor o pacote laboral, agravando a já banal precariedade, que se sente nos salários, baixa taxa de sindicalização, crescente medo de retaliação profissional e na onda migratória de jovens forçados para fora do país. Os jovens do Bloco têm de lutar ativamente contra estas políticas, organizando jovens dentro e fora do partido. Nesse sentido, a CNJ deve contribuir para um recenseamento de jovens sindicalizados, para a formação política sobre movimento sindical (em colaboração com a Coordenadora Nacional do Trabalho), e apelando à participação sindical e noutras estruturas laborais.

Mas não são só os vínculos precários que marcam a crise do custo de vida sentida. No país da OCDE onde é mais difícil comprar casa, os jovens são empurrados para fora de cidades turistificadas, e forçados a viver na casa dos pais. A juventude eterna que nos vendem não é sinónimo de emancipação: é consequência da precariedade e da incapacidade de nos autonomizarmos. Urge dismantlar esta deriva de financeirização do mercado e reafirmar a importância da intervenção pública para garantir acesso ao bem essencial que é a habitação. Por isso, queremos empenhar-nos nas iniciativas do movimento social para a habitação (como as manifestações “Casa para Viver”), levando questões específicas como a insuficiência de residências estudantis e a inacessibilidade do arrendamento para os jovens trabalhadores.

O sistema económico e a desigualdade social têm impacto também na saúde. Entre cortes e concorrência desigual com o privado, o SNS demonstra falhas na assistência às populações, com tempos de espera infundáveis nas urgências e falta de profissionais, produzindo maior dificuldade no acesso ao cuidado e um crescente isolamento social. Por esse motivo, os jovens do Bloco têm de ser incansáveis na luta por um SNS funcional e uma rede pública de cuidados que não deixe ninguém para trás. Isso implica discutir, por exemplo, o acesso a redes de psicólogos no ensino público e a representatividade de jovens nas comissões de utentes. Mas vamos mais longe: vemos a saúde num enquadramento de bem-estar, por isso queremos acessibilidade nas estruturas desportivas onde se encontra comunidade e a promoção de uma vida saudável e plena. Defendemos que o acesso à alimentação saudável deve ser democratizado, via políticas que garantam que comer bem não é privilégio, mas sim um direito universal, reforçando as cantinas públicas com refeições de qualidade, a preços baixos, e apoiando a produção local e sustentável.



A educação pública é idealizada como um pilar de igualdade social. Se assim deve ser, não podemos ignorar que, nas atuais condições de liberalização do setor, tem contribuído para acentuar desigualdades de classe. As escolas em Portugal são o espelho da realidade sócio-económica.

O ensino público está sobrelotado, degradado, com falta de pessoal docente e não docente. Com um modelo arcaico de avaliação e os exames nacionais a gerarem ansiedade entre os estudantes, o sistema educacional português não nos serve. Com o desprezo pela cidadania nas escolas, demonstra-se bem a viragem à direita da sociedade e, em particular, da comunidade escolar. No ensino profissional, para o qual muitos estudantes são encaminhados por pertença socioeconómica ou étnico-racial, reproduz-se a aceitação da exploração e da precariedade, sendo os estágios não pagos o culminar dessa relação desigual. No ensino superior, persistem problemas sistémicos, como a demora na atribuição de bolsas, a falta de alojamento, a precariedade na investigação ou a iminência do aumento das propinas.

Queremos recuperar o tempo para viver. Os estudantes precisam de voltar a ser sujeitos políticos importantes e incontornáveis. A educação não tem de ser uma forma de proletarizar os jovens e de lhes apresentar o mundo laboral presente como inescapável. Os jovens do bloco precisam ocupar os espaços também nas escolas, concorrer a associações de estudantes, criar núcleos e plataformas que articulem as lutas estudantis de cada escola com a luta em todo território nacional. **A perda da intervenção nos espaços universitários, baluartes clássicos da esquerda radical, é recente na história do Bloco, grave e deve ser revertida. Estes são espaços privilegiados de debate público, intervenção e recrutamento militante e incentivo ao espírito crítico.**

Em tudo, denunciámos o modelo económico capitalista de exploração ilimitada de recursos e procura incessante pelo lucro, confrontando os interesses que o sustentam. Temos de popularizar o modelo cooperativo nos projetos económicos e a gestão democrática, criando laços com os espaços existentes.

RESPONDER À ESCALADA BELICISTA E DEFENDER O INTERNACIONALISMO

Como força política anti-imperialista, o Bloco tem vindo a lutar pelo desmantelamento da NATO, um instrumento de submissão da soberania dos povos face ao imperialismo norte-americano. Por conseguinte, numa busca por sustentar o crescimento da indústria bélica, esta organização tem procurado difundir uma deriva armamentista pelos seus Estados-membros. Assim, incentiva-se que estes deixem para trás as suas comunidades, através do desvio de recursos do Estado social.

No entanto, não se constrói um futuro de paz fabricando mais armas. Neste sentido, é imperativo afirmar uma política internacionalista que compreenda a gravidade do momento insustentável no qual vivemos. Desde a crise climática até ao abandono de comunidades marginalizadas, os jovens do Bloco devem esforçar-se por se mobilizar em torno de uma agenda sustentável com vista à proteção dos povos do mundo, da produção energética à mobilidade. Por isso, reafirmamos o nosso compromisso na defesa do povo palestino, na solidariedade com os povos da Amazônia, como também de todas as demais lutas anticoloniais e pela autodeterminação dos povos. Compreendendo as dimensões estruturais do racismo e das desigualdades na vida de muitas comunidades, mobilizar-nos-emos, nos bairros sociais e entre comunidades marginalizadas, com vista à melhoria das suas vidas.

RECUPERAR A REBELDIA

Urge disputar o terreno cultural. A luta institucional dos trabalhadores não tem sido capaz de organizar a frustração face às crises do capitalismo. Pelo contrário, esta tem sido

transformada pela extrema-direita em ódio, revanchismo e agressividade. Perante isto, é fundamental recuperar a nossa emoção, a nossa radicalidade e a nossa capacidade de mobilização coletiva.

A nossa resposta deve ser, acima de tudo, política, o que implica construir uma alternativa enraizada na vida quotidiana das pessoas. Para tal, é fulcral desenvolver relações com o setor artístico e cultural e apresentar horizontes de transformação às pessoas que aqui vivem, estudam, trabalham e sonham.

Sair da nossa marginalidade política exige furar a bolha. Disputar o terreno cultural implica criar comunidade, diversa em força e pluralidade, capaz de afirmar valores de solidariedade, igualdade e democracia pela intervenção pública, a produção cultural e a ação coletiva.

ORGANIZAÇÃO DA CNJ: RECENSEAR, AUTONOMIZAR, APOIAR E DESCENTRALIZAR

A CNJ deve ser um espaço de integração e mobilização dos jovens no partido. Para isso, é preciso mudar a cultura de monopolização e centralização deste órgão. Houve graves lacunas na organização interna anterior, limitando atividade, mobilização e enraizamento local. Mudar mesmo exige criar uma estratégia de organização, composta por quatro eixos:

Recensear

É vital mapear a atividade dos jovens, pois apenas sabendo quem são e onde estão os nossos jovens é que podemos nos coordenar e mobilizar, criando redes de auxílio e de engajamento. A CNJ deve articular com as coordenadoras distritais e regionais o levantamento dos núcleos de jovens no país e regiões autónomas. Urge atualizar a base de dados, gerida por dois elementos da CNJ, recolhendo dados como o número de jovens, idades, interesses, áreas de intervenção e locais de militância.

Autonomizar

A CNJ deve centrar-se em facilitar a organização juvenil, promovendo a autonomia regional e local. Como tal, propõe-se a disponibilização de materiais físicos e digitais (logística, design e petições) a todos os núcleos. O objetivo é garantir que os jovens intervenham de forma rápida, concreta e autónoma, eliminando a dependência constante do órgão nacional.

Para formar jovens e reduzir a dependência nacional, devem disponibilizar-se Guias de Ação. Estes manuais devem explicar como organizar manifestações, petições escolares, listas para associações de estudantes, greves estudantis ou o contacto com eleitores em campanha. O objetivo é claro: democratizar o conhecimento técnico da militância.

Para garantir a liberdade de ação e o autofinanciamento da CNJ, deve-se propor à Mesa Nacional o reforço da venda de materiais do Bloco (merchandising) com designs de jovens. As receitas devem reverter parcialmente para um Fundo de Apoio à Atividade Local, permitindo que os núcleos de jovens financiem as suas iniciativas e promovendo a identidade visual do partido.

Para assegurar a presença contínua do Bloco e da CNJ na vida dos jovens, propõe-se a criação de uma Plataforma de Apoio ao Estudante e Jovem Trabalhador. À semelhança do “despedimentos.pt”, este canal direto permitirá o apoio rápido sobre direito de reunião e manifestação, estatuto de dirigente associativo e denúncia de precariedade laboral (part-time ou full-time).

Descentralizar

Para superar a centralidade da capital, a CNJ deve garantir a rotatividade por diferentes localidades do país de eventos de jovens, tais como o “Inconformação”. Esta mudança visa descentralizar a mobilização, promover a participação ativa de camaradas de várias regiões



e dinamizar os núcleos anfitriões. O objetivo é aprofundar o debate político e o convívio entre jovens, militantes ou não, focando-se em temas cruciais para a esquerda e para a juventude.

Para sustentar a presença territorial, será criado um calendário online onde serão divulgadas todas as atividades locais, distritais e concelhias. Esta agenda comum permitirá que camaradas identifiquem e participem em eventos próximos, otimizando recursos logísticos, a mobilização e o sentimento de rede nacional.

A CNJ deve estabelecer contactos regulares com os núcleos para realizar iniciativas nacionais em diversas localidades. Esta proximidade permite planejar debates e ações fora dos grandes centros, valorizando o trabalho de base e garantindo uma presença territorial equilibrada. Assim, a estrutura nacional responde com eficácia à realidade de cada região, assegurando que o Bloco seja uma força viva em todo o território.

Para descentralizar e apoiar eficazmente, a CNJ criará um Canal de Comunicação Nacional, utilizando plataformas de difusão rápida, e redes sociais dedicadas. Este espaço servirá para a partilha imediata de materiais de agitação, registos de atividades, inquéritos e agendas locais. O objetivo é romper o isolamento dos núcleos e projetar o Bloco como um corpo coletivo, vivo e enraizado em cada região.

Para uma articulação sólida, será instituído um Conselho de Articulação Territorial. Este órgão funcionará por via de um canal de comunicação restrito entre a CNJ e os responsáveis jovens regionais e distritais. O objetivo é criar um fluxo de diálogo constante que permita ouvir as necessidades no terreno e capacitar os responsáveis locais. Assim, assegura-se voz direta no órgão nacional, tornando a gestão da juventude um processo participativo e democrático.

DEMOCRACIA, TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO

Os Jovens do Bloco devem afirmar-se como uma estrutura organizativa mais exigente consigo própria. Isto nasce da necessidade de reafirmar a nossa força e vitalidade política, mas também de garantir que os nossos processos internos estão à altura dos valores que defendemos. Para que isto aconteça, é preciso construir ferramentas que permitam ouvir todas as vozes, diversas em localização, origem, experiência partidária, situação profissional ou académica. Isto implica cuidar da forma como se toma decisões, da condução dos debates e da criação de mecanismos para assegurar representação democrática efetiva e uma cultura de responsabilização, com transparência e prestação de contas.

1 • DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA

*A democracia não é apenas um espírito ou um princípio abstrato; é, sobretudo, um conjunto de regras, práticas e mecanismos que garantem a **participação efetiva** dos militantes.*

A CNJ deve ser um organismo que, regularmente, organiza plenários abertos à militância jovem. Estes servirão para escutar preocupações, organizar campanhas nacionais e articular e apoiar as organizações locais.

Sabemos, porém, que esta promessa tem sido recorrente em anos anteriores, com pouca concretização. Para fixar as responsabilidades da CNJ neste contexto sugerimos criar um regimento com linhas orientadoras, à semelhança de muitas concelhias e distritais, que defina bem os deveres da CNJ. Este deverá ser aprovado num prazo máximo de 6 meses, sublinhando o compromisso com uma cultura política mais participativa, transparente e exigente. Um aspeto a incluir será a obrigatoriedade de publicar e divulgar minutas das reuniões, como já foi prática comum, e é feito para os órgãos nacionais como a Comissão Política. Outro seria elaborar relatórios de atividade periodicamente.

Em paralelo, a CNJ, deve auscultar as bases, criando uma equipa com a missão de acompanhar de perto os núcleos locais e distritais. Esta atuária como um elo de ligação reforçado entre a estrutura nacional e as bases, combatendo o isolamento das estruturas locais, oferecendo apoio (por exemplo, formação presencial em logística de eventos e campanhas), recolhendo feedback e garantindo que as necessidades e propostas locais são devidamente consideradas e integradas na estratégia nacional. Esta medida será praticada via calendarização de visitas da CNJ aos distritos e núcleos locais, e pela elaboração de um documento trimestral, fundamentado no reporte e experiências recolhidas, com recomendações estratégicas para as estruturas locais, bem como para a Comissão Política e Mesa Nacional. Isto facilitará uma comunicação bidirecional e a adaptação contínua das estratégias.

A CNJ, como todo o partido, tem tido carências sistemáticas na capacidade de representação da classe trabalhadora na sua amplitude, seja na diversidade étnica (o partido é maioritariamente branco), na representação de classe (abertura a mais jovens trabalhadores), ou noutros tipos de acessibilidade. A moção M acredita que **devemos problematizar esta questão para encontrarmos mecanismos para a superar**, não só no momento da constituição da lista, mas também ao longo de todo o mandato. Para isso **propomos que se elabore um guia de boas práticas organizativas e sobre acessibilidade com a associação Vida Independente**. Ao mesmo tempo, **queremos repensar politicamente os espaços onde a organização desenvolve atividade**. Os Jovens do Bloco têm **concentrado grande parte da sua ação em ambientes universitários**, muitas vezes, numa visão restrita e elitizada do ensino superior, privilegiando determinados tipos de instituições. **A Moção M defende que devemos alargar os nossos espaços de intervenção**. Queremos organizar plenários e ações de contacto em associações culturais, centros desportivos, bares, bairros sociais e outros espaços de sociabilidade popular. Queremos uma organização presente onde as pessoas estão, que dialogue com diferentes realidades sociais e que se construa a partir dessa diversidade.

2 • COMUNICAÇÃO

A CNJ deve garantir que consegue chegar a um maior número de jovens, e por isso, é fundamental apostar cada vez mais nos meios de comunicação e nas plataformas digitais. Este é o ponto de entrada para a politização de muitos jovens e é fundamental que a esquerda consiga posicionar-se publicamente, a partir dos seus próprios termos. É da maior relevância a criação de um grupo no seio da CNJ que fique responsável pela gestão e coordenação das redes sociais e que essa coordenação seja um canal de acessibilidade para jovens de outras localidades, permitindo uma maior participação e articulação entre militantes espalhados pelo território.

Em simultâneo, existe a necessidade dos jovens do Bloco reencontrarem um espaço de propaganda ideológica. Por isso, a Moção M, considera crucial a **reativação do jornal online Pão e Cravos**, permitindo a criação de um espaço de partilha de informação, opinião e reflexões dos jovens do Bloco.

Também propomos o lançamento de um podcast dos Jovens do Bloco de Esquerda. Este formato permitiria aprofundar debates sobre temas relevantes para a juventude, convidando jovens militantes, dirigentes do partido, ativistas de movimentos sociais, especialistas e figuras públicas para conversas informais e esclarecedoras. O podcast seria uma ferramenta para alcançar novos públicos, fortalecer a formação política entre camaradas e fomentar o espírito crítico em geral.

LISTA M CANDIDATA À CNJ

LISTA M

- 1. Diogo Teixeira**
(Santa Cruz, Madeira) - 16839
- 2. Beatriz Pontes**
(Gondomar, Porto) - 16192
- 3. Santiago Carrilho**
(Sesimbra, Setúbal) - 17565
- 4. Lou Loução**
(Odivelas, Lisboa) - 13974
(Pessoa Não-Binária)
- 5. Raul Noetzold**
(Olhão, Faro) - 17997
- 6. Diana Lourenço**
(Porto, Porto) - 17553
- 7. Diogo Barros**
(V. N de Famalicão, Braga) - 15007
- 8. Carolina Alves**
(Vila Franca de Xira, Lisboa) - 14364
- 9. Pedro Amaral**
(Santa Maria, Açores) - 13254
- 10. Gustavo Mourinho**
(Coimbra, Coimbra) - 16962
(Pessoa Não-Binária)
- 11. Lana Pereira**
(Guarda, Guarda) - 16877
- 12. Martim Lourenço**
(Aveiro, Aveiro) - 18104
- 13. Gisela Mendes**
(Vila Franca de Xira, Lisboa) - 16981
- 14. Tomás Fernandes**
(Setúbal, Setúbal) - 15955

SUPLENTE

- 1. Andreia Galvão**
(Lisboa, Lisboa) - 14989
- 2. Matilde Vilhena**
(V.N de Gaia, Porto) - 17525
- 3. Diogo Machado**
(Lisboa, Lisboa) - 17289
- 4. Ricardo Isaías**
(Viseu, Viseu) - 17944
- 5. Caroline Pereira**
(Setúbal, Setúbal) - 18142
- 6. Felipe Rabaça**
(Lisboa, Lisboa) - 18367
- 7. Micaela Maia**
(Porto, Porto) - 17965
- 8. Afonso Sequeira**
(Lisboa, Lisboa) - 18094
- 9. Lara Fernandes**
(Guimarães, Braga) - 16370
- 10. Rodrigo Marques**
(Lisboa, Lisboa) - 17960
- 11. Lara Rodrigues Gomes de Sá**
(Faro, Faro) - 18197
- 12. Bruna Isabel da Silva Estevão**
(Faro, Faro) - 18196

REPRESENTANTE NA COC

Diogo Machado (Lisboa, Lisboa) - 17289



LISTA DE SUBSCRITORES

SUBSCRIÇÕES

1. Afonso Sequeira, Lisboa, 18094
2. Alexandra Alves, Braga, 18095
3. Ana Ribeiro, Porto, 17847
4. André Santos, Porto, 17970
5. Andreia Galvão, Lisboa, 14989
6. Beatriz Pontes, Porto, 16192
7. Bruna Isabel da Silva Estevão, Faro 18196
8. Bruna Oliveira, Setúbal, 18451
9. Cármen Cabral, Açores, 17937
10. Carolina Alves, Lisboa, 14364
11. Caroline Pereira, Setúbal, 18142
12. Cláudio Lemos, Porto, 16974
13. Daniel Barros, Madeira, 18389
14. Diana Lourenço, Porto, 17553
15. Dinis Ramos, Lisboa, 17391
16. Diogo Barros, Braga, 15007
17. Diogo Machado, Lisboa, 17289
18. Diogo Pinto, Porto, 17017
19. Diogo Russo, Porto, 18152
20. Diogo Teixeira, Madeira, 16839
21. Duarte Carneiro, Porto, 17355
22. Felipe Rabaça, Lisboa, 18367
23. Francisco Pinto, Madeira, 18014
24. Gonçalo Fonseca, Porto, 17396
25. Gustavo Mourinho, Coimbra, 16962
26. João Câmara, Madeira, 18388
27. Jorge Tabuada, Porto, 16880
28. Lana Pereira, Guarda, 16877
29. Lara Fernandes, Braga, 16370
30. Lara Sá, Faro, 18197
31. Lou Loução, Lisboa, 13974
32. Maria Mendes, Lisboa, 16981
33. Maria Veríssimo, Lisboa, 17967
34. Martim Lourenço, Aveiro, 18104
35. Matilde Vilhena, Porto, 17525
36. Micaela Maia, Porto, 17965
37. Patrícia Monteiro, Porto, 12749
38. Pedro Amaral, Açores, 13254
39. Raul Noetzold, Faro, 17997
40. Renata Costa, Braga, 18096
41. Ricardo Isaías, Viseu, 17944
42. Rodrigo Marques, Lisboa, 17960
43. Santiago Carrilho, Setúbal, 17565
44. Tomás Fernandes, Setúbal, 15955
45. Vigo Constantino, Leiria, 18350



